

Sarney, ao receber os cumprimentos diplomáticos, condenou as injustiças de ordem econômica dos países desenvolvidos

Sarney convocará ministros

Mais ação, menos conversa

O presidente José Sarney condenou ontem as injustiças da ordem econômica internacional e a falta de uma ação para corrigi-las, ao receber os cumprimentos de fim de ano de mais de cem diplomatas estrangeiros e brasileiros.

O presidente foi saudado pelo decano do corpo diplomático sediado em Brasília, o nuncio apostólico Dom Carlo Furno, que destacou o significado das mudanças políticas e econômicas ocorridas no País ao longo deste ano. Depois de recordar a tragédia da morte de Tancredo Neves, as mudanças institucionais que se seguiram e a presença de Sarney na ONU, Dom Furno desejou que o próximo ano seja propício à continuidade das mudanças no Brasil.

— A próxima Assembleia Constituinte será decisiva para a configuração e identidade do Brasil. Um feliz ano, senhor presidente, disse ao final de sua saudação.

Ladeado pelo ministro interino

das Relações Exteriores, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, o presidente fez um discurso de agradecimento, historiando seus nove meses de governo:

Neste ano, em condições difíceis, muito já foi feito. Fomos fiéis aos ideais da Nova República. Revertemos tendências econômicas negativas. O País volta a crescer. O povo sabe que tem poder e ordens aos destinos do País.

E mais adiante:

— Somos um País pobre as grandes disparidades. Há muito a fazer. Mas temos conquistas importantes e a primeira delas é a de que estamos no caminho certo. A Constituinte será um momento perfeito de realização dos melhores ideais da nacionalidade.

E dirigindo-se particularmente os embaixadores estrangeiros, Sarney afirmou:

— Nossas mudanças internas — disse Sarney — tornam-nos especialmente sensíveis para as

mudanças que são necessárias no plano internacional. Falamos a mesma língua, no plano doméstico e no plano diplomático. Assim, no sistema internacional, não podemos nos conformar com a persistência das terríveis injustiças de distribuição de riquezas, não podemos nos conformar com a falta de ação da comunidade internacional para superar as distorções da ordem econômica.

Após o discurso, o presidente recebeu os cumprimentos de cada um dos diplomatas estrangeiros, muitos deles vestidos com trajes e vestes típicas de seus países, como os da Índia, Marrocos, Nigéria e Senegal. A União Soviética e a China foram representadas por seus encarragados de negócios, face a viagens de seus embaixadores. Por fim cumprimentaram ainda o presidente os representantes de organismos internacionais e os embaixadores e ministros de segunda classe do Itamaraty.

Antes de deflagrar o processo da reforma ministerial, esperada para 15 de fevereiro, o presidente José Sarney vai reunir-se com todos os ministros do PMDB e do PFL, para um "acerto final". Esta informação foi revelada ontem à tarde pelo ministro Waldir Pires, da Previdência Social, após sair de uma audiência com Sarney, no Palácio do Planalto.

— Eu acredito — acrescentou o ministro — que esta reunião do presidente da República com os seus atuais ministros, vai ser esclarecedora e praticamente definirá os rumos da reforma ministerial.

Por outro lado, tanto o ministro da Previdência, como assessores diretos de Sarney, ouvidos ontem à tarde, separadamente, pelo JBr, afirmaram que a reforma ministerial de fevereiro vai refletir a nova composição de forças políticas que emergiu das urnas em 15 de novembro último.

Os dois assessores e o ministro da Previdência fizeram inclusive questão de lembrar a afirmação de Sarney, feita sexta-feira passada: segundo a qual o governo da Nova República é político. O presidente definiu-se como um homem político e isso quer dizer, segundo interpretações das mesmas fontes, que a reforma ministerial de fevereiro também será feita com bases exclusivas no critério político e de competência administrativa.

Dentro desse critério, acreditam que a solução para o Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, passará pelo mesmo processo. Assim, o substituto do ministro Olavo Setúbal (PFL-SP), será um diplomata de carreira com apoio político. Mas, o PFL já quer indicar o nome do ministro Aureliano Chaves (PFL-MG), das Minas e Energia, para a vaga de Setúbal.

Na cotação da bolsa de nomes dos ministérios, o Itamaraty tem mais alguns pretendentes, como o seu próprio secretário-geral, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, ou ainda o embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, amigo pessoal de Sarney, atualmente respondendo pela presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Para o Ministério da Previdência, fala-se nos nomes do deputado João Gilberto (PMDB-RS) e do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

Até o momento, já anunciaram que vão deixar seus ministérios para serem candidatos à Constituinte ou ao governo dos Estados, os seguintes ministros: Waldir Pires (PMDB-BA), que disputará o governo da Bahia, Almir Pazzianotto (PMDB-SP), do Trabalho, a exemplo de Setúbal, deseja o governo de São Paulo, Antônio Carlos Magalhães (PDS-BA), das Comunicações, disputará uma vaga no Senado.

Também vão disputar vagas no Senado os ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia; Afonso Camargo (PMDB-PR), dos Transportes; Aluizio Alves (PMDB-RN), da Administração; Roberto Gusmão (PMDB-SP), da Indústria e Comércio. A Câmara Federal será disputada por, entre outros, os ministros José Hugo (PMDB-MG), do Gabinete Civil; Renato Archer (PMDB-MA), da Ciência e Tecnologia; e Fernando Lyra (PMDB-PE), da Justiça. José Hugo, Fernando Lyra, e o vice-governador de São Paulo, Orestes Quêrcia (PMDB).

Liberal quer mais espaço no governo

"Sonhar não faz mal a ninguém", limitou-se a afirmar ontem, em tom de brincadeira, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), a respeito das declarações do ministro da Justiça, Fernando Lyra, de que ele estaria "sonhando" ao pensar em aumentar a participação do PMDB no ministério de Sarney, já que a "realidade" seria outra.

Bornhausen, que vem sendo apontado como possível ocupante de um ministério (da Educação ou da Indústria e do Comércio) manteve sua posição de cautela em relação a qualquer divergência com o governo, e inicialmente não quis sequer responder a Lyra, afirmando apenas que o Ministro da Justiça "tem o direito" de manifestar suas opiniões. Já o líder em exercício do PFL, Alcení Guerra (PR), que não é candidato a nenhum ministério, foi mais enfático: "O sonho, no caso, é o da Nova República ter um Fernando Lyra no Ministério da Justiça, e eu estou ansioso para acordar desse sonho".

Jorge Bornhausen voltou a defender o critério de "proporcionalidade" do ministério Sarney em relação às bancadas dos dois partidos da Aliança Democrática no Congresso. A exemplo do ministro Aureliano Chaves, ele considera que o PTB de Jânio Quadros tem direito de reivindicar um ministério, com a mesma ressalva de que o "juiz" da questão é o presidente Sarney. Ele lembrou que o governo conta com o apoio de uma aliança integrada pelo PMDB e pelo PFL e que a entrada de outro partido nessa aliança depende do julgamento de Sarney sobre a questão.

Previdência ganha com venda de imóveis

Tão logo sejam reabertos os trabalhos legislativos do Congresso Nacional, em março, o presidente José Sarney enviará o anteprojeto de lei que autoriza a União a vender os imóveis e os terrenos pertencentes ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Com o dinheiro arrecado da venda desse patrimônio, o governo construirá mais postos médicos, mais hospitais e melhorará o serviço de atendimento médico-hospitalar em todo o País.

Essa informação foi revelada ontem, à tarde, pelo ministro Waldir Pires, logo após sair de uma audiência com Sarney. "O Presidente da República me autorizou a elaborar um anteprojeto de lei definindo a venda. É bom deixar claro que esses imóveis e esses terrenos pertencem ao patrimônio da Previdência, porque foram repassados por empresas particulares que deviam ao ministério e pagaram seus débitos com esses imóveis", disse o ministro.

Favelados

Segundo revelou ainda o ministro da Previdência, os favelados que moram em invasões de terrenos da União serão os primeiros beneficiados com essa medida autorizada pelo Presidente da República. "Todos os favelados que ocupam terrenos da Previdência Social poderão, a partir do envio desse projeto e de sua aprovação pelo Congresso Nacional, comprar os próprios lotes onde moram, a preços inferiores aos preços do mercado", afirmou Pires.

Neste sentido, a Previdência fará convênios com prefeituras municipais e com o Banco Nacional da Habitação (BNH), para que sejam efetuadas as transações dos terrenos. "Nós ainda não temos ideia do valor total desse patrimônio, entre imóveis e terrenos. Mas podemos assegurar que ele vale alguns

trilhões de cruzeiros", comentou.

Objetivos

— Todo imóvel da Previdência que não se coadune com os objetivos sociais da pasta serão vendidos. Só ficará aquele patrimônio que tenha alguma coisa a ver com os objetivos sociais do ministério, que paga hoje, de aluguel, por mês, uma média de Cr\$ 4 a Cr\$ 5 bilhões.

Waldir Pires disse ainda que o patrimônio da Previdência, em terrenos, imóveis, e até mesmo um campo de futebol, encontra-se localizado em todos os Estados da Federação, e citou, como exemplo, um terreno ao lado da sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro, e outros, em São Paulo e na Bahia. "Em São Paulo, é propriedade da Previdência o terreno onde está localizada a Favela Mauá", lembrou Pires.

Concluindo, o ministro lembrou que, em 30 de março último, a Previdência tinha um déficit de Cr\$ 8 trilhões e que, até ontem, essa dívida estava zerada e, inclusive, já se constata um lucro calculado em "alguns bilhões", segundo revelou o Pires. "Eu sou da opinião de que a Previdência não deve dar lucro. E que o ministro da Previdência e Assistência Social deveria fazer parte do Conselho Monetário Nacional".

O presidente Sarney autorizou ontem o ministro da Previdência Social, Waldir Pires, a elaborar um decreto para regularizar a posse de todos os favelados que tem barracos montados sobre terrenos da previdência. Essa regularização deverá ser feita através de convênios entre a previdência, os estados ou municípios e o BNH — único órgão que pode comprar os imóveis. A informação foi dada pelo próprio ministro Waldir Pires, no Palácio do Planalto, após despacho com o presidente Sarney.